



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SEMAP/ASSOC - SE.COPAM - Assessoria de Órgãos Colegiados COPAM/MG

ATA

CÂMARA DE ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA, TRANSPORTE, SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO

ATA DA 96ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025

Em 22 de outubro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização (CIF), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAP). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Alice Libânia Santana Dias, representante da SEMAP; Representantes do poder público: Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Fernando José dos Santos Lelis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Petra Rafaela de Oliveira Silva Mello, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Adenilson Dias Hernández, da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab/MG); Selma Maria de Oliveira Lopes Cabaleiro, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Antônio Humberto Pereira de Almeida, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). Representantes da sociedade civil: Hélcio Neves da Silva Júnior, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Alexandre Ferreira Braga, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot-MG); Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Fábio Croso Soares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Lívia Maria Cruz Gonçalves de Souza, da Escola Superior Dom Helder Câmara (Dom Helder); Alexandre Francisco Maia Bueno, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). Assuntos em pauta.

1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Alice Libânia Santana Dias declarou aberta a 96ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização.

2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO. Executado o Hino Nacional Brasileiro.

3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS. Não houve comunicados.

4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAP: “É para informar, senhora presidente, que continua aberta a consulta pública, até o dia 30 de novembro, para receber sugestões da sociedade sobre o funcionamento, a estrutura e os mecanismos de participação de dois importantes colegiados estaduais: o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG). A iniciativa busca promover melhorias de modernizar a estrutura, o funcionamento dos conselhos envolvidos e garantir maior clareza e acessibilidade nos processos decisórios. A meta é fortalecer esses espaços como fóruns de escuta e construção coletiva das políticas ambientais do Estado e tem como objetivo garantir que as sugestões refletem a diversidade de olhares e experiências da sociedade mineira. As contribuições podem ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponível no site da SEMAP: www.semap.mg.gov.br. Sigam as redes sociais do Sisema e fiquem por dentro das novidades, ações e informações sobre o meio ambiente: @meioambienteminasgerais.”

5) EXAME DA ATA DA 95ª REUNIÃO. Aprovada por unanimidade a ata da 95ª reunião da Câmara de Atividades de Infraestrutura de Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização, realizada em 24 de setembro de 2025. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, CMI, Sicepot, Promutuca, Dom Helder e SME. Ausências: Crea e Amliz.

6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA. **6.1)** Patrimar Vale dos Cristais Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Atividades e empreendimentos residenciais multifamiliar, comerciais ou industriais previstos no art. 4º-B, da Lei Estadual 15.979 de 2006, desde que sujeitos ao licenciamento ambiental estadual nos termos da Deliberação Normativa Copam nº 222, de 23 de maio de 2018; Estação de tratamento de esgoto sanitário. Nova Lima/MG. PA/SLA/Nº 99/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Retorno de vista pelos conselheiros Fábio Croso Soares, representante da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); José Claudio Junqueira Ribeiro, representante da Escola Superior Dom Helder Câmara (Dom Helder); e Hélcio Neves da Silva Júnior, representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI/MG). Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único, com inclusão da seguinte condicionante: “Na falta da prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos pela municipalidade, o Condomínio deverá assumir essa prestação de serviço direta ou indiretamente. Prazo: durante a vigência da licença.” Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, Crea, CMI, Sicepot, Amliz e Dom Helder. Voto contrário: Promutuca. Ausência: SME. Justificativa de voto contrário da Promutuca, conforme manifestação registrada durante a discussão do processo. Conselheiro Fábio Croso Soares/Promutuca: “A Promutuca tem como finalidade a proteção do meio ambiente, principalmente, na região do Mutuca. E esse empreendimento está localizado, os rejeitos dele depois da passada da ETE são para a região. Então nós pedimos vista para estudar melhor o processo e fomos abordados por várias instituições, várias associações que levantaram algumas questões. E umas delas é com relação à criação do bairro do Vale dos Cristais. Que na criação do bairro, pelo Decreto 2.084/2004 e o processo administrativo dentro da Prefeitura de Nova Lima 27989/2003, estabeleceu a altura máxima de 15 m e pavimento máximo de 4 andares. Esse empreendimento possui mais andares e uma área maior. Então, sendo assim, o voto da Promutuca é contrário. Existem outros fundamentos que foram levantados, mas para justificar o voto e mostrar que existe essa questão da altimetria. E a gente também tem a preocupação com o Monumento Natural da Serra do Souza, como vai ficar a visada, enfim, são várias questões.”

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO.

7.1) ETE Igarapé. São Joaquim de Bicas. Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa/MG). Estação de tratamento de esgoto sanitário. São Joaquim de Bicas/MG. PA/SLA/Nº 9714/2025. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA CM. Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com nova redação para a condicionante nº 5: “Reapresentar o estudo de autodepuração, conjuntamente com o laudo conclusivo do atendimento aos parâmetros de qualidade das águas, para curso d’água classe 1, estabelecido pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 8/2022, e Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH nº 2/2008. Observação: caso seja verificado, após a zona de mistura, o não atendimento aos padrões estabelecidos para a classe do trecho de lançamento no rio Paraopeba, deve ser apresentada proposta de tratamento complementar. Prazo: 120 dias após a concessão da licença.” Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Segov, Cohab, Codemig, Crea, CMI, Sicepot, Amliz, Promutuca e Dom Helder. Ausência: SME.

8) ASSUNTOS GERAIS. Renata Fabiane Alves Dutra/Servidora do Sisema: “Boa tarde a todos, boa tarde, Alice, boa tarde, conselheiros. Eu estou aqui hoje enquanto sociedade civil. A gente fez também essas participações, essas manifestações em todas as reuniões do COPAM do mês de setembro, e estamos aqui no mês de outubro mais uma vez validando o nosso movimento grevista. Já é de conhecimento de todos. Hoje, dia 22 de outubro, completando 50 dias de mobilização. E marcaremos presença nesses espaços todos do Conselho de Política Ambiental. Já é super perceptível o quantitativo de processos pautados comparativamente no mês de setembro e no mês de outubro, o impacto causado pela paralisação dos servidores, que são quem entrega esse serviço para a sociedade. Então a gente teria o potencial de estarmos com muito mais pareceres e processos pautados nesta Câmara, se não fosse o movimento grevista. Mas, enfim, estamos com 21 itens de pauta e até o momento não tivemos nenhuma mesa de negociação efetiva, que apresentasse alguma proposta à altura da categoria dos nossos servidores. Então estamos aqui hoje como agenda de greve em frente à Assembleia Legislativa, participando das ações. E aí a gente se pergunta de que forma ‘nós conselheiros, nós sociedade podemos contribuir com o movimento de vocês, validar o movimento de vocês 52 dias depois’. Nós temos duas emergências, uma delas é em nível parlamentar, é a participação das instituições que compõem este Conselho, da sociedade, para que levem voz aos nossos representantes deputados para que a PEC 43/2024 esteja na pauta no plenário, do segundo turno. Essa PEC trará o meio ambiente dentro das essencialidades na Constituição do Estado, e isso permitirá que a gente destrave alguns pontos da nossa pauta, tal

qual o edital, abertura de edital de concurso público. E nós também precisamos de uma pressão, digamos, no que diz respeito à administração, ao alto escalão, secretário de Estado, governador, vice-governador, para que nos dê atenção no sentido de urgentemente nos convocarem para uma agenda de mesa de negociação, apresentando uma proposta à altura da categoria. Enfim, 52 dias de movimento, não é nesse cenário, nesse lugar que a gente gostaria de estar, mas, tendo em vista toda essa desmobilização ao nível de fortalecimento da carreira institucional que a gente vem acompanhando nos últimos tempos, a gente não teve para onde mais correr. Então é essa fala que trazemos hoje aqui na reunião da CIF. É a Câmara que trata das atividades de infraestrutura. Pelo que eu lembro de ver na pauta, teve o processo, não sei se foi para a deliberação da Copasa, a ETE São Joaquim de Bicas e Igarapé. Então estamos aqui também numa pauta coletiva com o Sindsema e Sindágua, contra a privatização da Copasa, esse projeto de acabar com o referendo popular, para que a população manifeste sobre as estatais mineiras. Enfim, muitas ações acontecendo aqui ao nível de Assembleia também. Então é essa mensagem, esse recado que a gente gostaria de deixar para o COPAM e para a CIF, em especial, no sentido de fala, de contribuição, de suporte e apoio aos servidores públicos do meio ambiente do Estado de Minas Gerais, que vocês nos façam.” Presidente Alice Libânia Santana Dias: “Eu também sou servidora de carreira. Como servidora e mesmo como chefia, eu também aderi à greve, ainda que parcialmente. Nesta semana tivemos várias questões, e, para não ter uma paralisação completa aqui, precisei trabalhar também alguns dias. Mas também como servidora faço essa adesão a esse movimento, que traz pautas muito relevantes, que já foram até reconhecidas pelo próprio governo, pela secretaria. E estou confiante de que vamos chegar a um denominador comum, que a gente consiga interromper esse cenário de greve, que é algo que ninguém deseja, mas realmente é um momento muito necessário para o Sistema Estadual de Meio Ambiente.” **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Alice Libânia Santana Dias agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Renato Teixeira Brandão

Presidente da Câmara de Atividades de Infraestrutura de
Energia, Transporte, Saneamento e Urbanização



Documento assinado eletronicamente por **Renato Teixeira Brandão, Servidor(a) Públco (a)**, em 26/11/2025, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **128158722** e o código CRC **DOC449B3**.

Referência: Processo nº 1370.01.0032793/2025-69

SEI nº 128158722